

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF.  
CODEVASF

Referência: Edital de Pregão Eletrônico de nº 17/2020 (PROCESSO N.º 59500.00296/2020-22)

GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.851.596/0001-36, com sede na SHN Quadra 01, Conjunto "A", Bloco "A", SALA 906, Brasília/DF, por seu representante legal Sr. MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO, vem, tempestiva e respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com amparo no item 11.1 do edital em referência, agitar suas

#### CONTRARRAZÕES

face ao gelatinoso recurso administrativo, interposto pela empresa BETTA INSTALAÇÃO MANUTENÇÃO E COMÉRCIO LTDA-EPP. E o faz com base nas razões a seguir aduzidas.

– I –

De início vale ressaltar a hialina intenção da Recorrente em tão só tumultuar o procedimento licitatório, de sorte que atrase conclusão do certame sem, contudo, apontar qualquer falha nos atos praticados no bojo do certame, isto é, não logrou êxito em demonstrar qualquer deficiência nas decisões proferidas pelo letrado Pregoeiro.

De toda sorte, com amparo na premissa de que o único e exclusivo acerto contido nas razões recursais da Recorrente consiste na diretriz inerente ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (os demais argumentos são todos equivocados), e, igualmente, para que não haja dúvida quanto à perfeita sintonia da decisão recorrida com a legislação pertinente à matéria, passa-se expor o quanto se segue:

– II –

A Recorrente, colimando vulnerar o princípio da vinculação ao edital, averbou em seu recurso, em síntese estreita (i) que sua documentação econômico-financeira, em tese, estaria registrada no SICAF, (ii) que deveria ter sido deflagrada diligência, para apurar a regularidade de sua documentação contábil e (iii) supostamente, sua proposta seria mais vantajosa.

Com o devido respeito, a Recorrente, por meio de suas gelatinosas razões recursais, evidencia patente confusão sobre o instituto da licitação, trocando "alhos com bugalhos".

– III –

Nesse sentido, vale desde logo colacionar a fundamentação legal sob a qual se sustenta o ato que inabilitou a Recorrente. É dizer: a Betta Instalação foi legitimamente inabilitada por não atender o item 10.1.2 do Edital, alínea 'b', em conjunto com o subitem 15.6 do TR, cujas redações encontram-se respectivamente assim vazadas:

10.1.2. Qualificação Econômico-Financeira - Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto do SICAF, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor:

B) AS EMPRESAS, CADASTRADAS OU NÃO NO SICAF, DEVERÃO AINDA COMPLEMENTAR A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA POR MEIO DE:

b1) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

b2) Comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.;

b3) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

b4) A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

15.6 A licitante de melhor lance, deverá comprovar na fase de habilitação que atende às exigência previstas na IN 02/08, Art. 19, Inciso XXIV, alínea "c", Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, referente ao capital social, bem como, o previsto no Art. 19, Inciso XXIV, alínea "b", Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, referente ao capital circulante líquido ou capital de giro, bem como declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos.

Extrai-se também do ato que a declarou inabilitada o desatendimento da regra constante no item 6.1, alíneas "a" a "d" do edital, in verbis:

6.1. Após a divulgação do Edital no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) o licitante deverá incluir sua Proposta de Preços, em reais, com observância aos preços máximos unitários e global orçados pela CODEVASF, no

campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado" deverá descrever os serviços/fornecimentos a serem executados, em conformidade com o objeto deste Edital, contemplando o valor GLOBAL no campo "valor unitário" e no campo "valor total" o correspondente percentual de desconto sobre o preço global (que será o desconto aplicado sobre as tabelas do SINAPI referente à Unidade da Federação do Distrito Federal), estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas tais como mão de obra, tributos, seguro e quaisquer outros incidentes sobre os itens do objeto deste pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (art. 26, caput, Decreto 10.024, de 20/09/2019), e que, em relação ao envio da documentação de aceitação da proposta financeira e habilitação, exigidos nos subitens 9 e 15 do Termo de Referência, deverá observar ainda:

A. APÓS A DIVULGAÇÃO DO EDITAL NO SÍTIO ELETRÔNICO, OS LICITANTES ENCAMINHARÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA, CONCOMITANTEMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL, PROPOSTA COM A DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO E O PREÇO, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA. (ART. 26 DO DECRETO 10.024/2019).

A.1) O PRAZO PARA O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO DA PROPOSTA, SERÁ ENCERRADO COM A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO.

b. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. ( § 8 do art. 26 do Decreto 10.024).

c. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38. ( § 9 do art. 26 do Decreto 10.024).

d. As microempresas, as empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Sem embargo, a Recorrente foi legitimamente inabilitada por não apresentar, no momento oportuno, a documentação de habilitação exigida no edital.

Dito de outro modo, a regra constante no item 6.1, "a", do edital é hilalina ao exigir das licitantes a apresentação da proposta e de toda documentação de habilitação no ato da oferta de preços (quando cadastrada proposta).

Ademais, o item 6.1, "a.1" estabelece de forma expressa que o prazo para envio de documentação de habilitação, inclusive a econômico-financeira, finda logo após a abertura da sessão pública do pregão.

Fato é que a recorrente não encaminhou documentação capaz de provar sua qualificação econômico-financeira, de modo a provar sua aptidão para executar o objeto licitado.

Nesse diapasão, não há margem para arguir hipotética comprovação da qualificação econômico-financeira por meio do SICAF, conforme a Recorrente equivocadamente quer fazer crer, visto que a regra constante no item 10.1.2, "b" é clara e estatui que eventual cadastro no SICAF não dispensa a obrigação da licitante em apresentar a documentação exigida para provar sua saúde financeira.

Reitera-se, empresas cadastradas ou não no SICAF deveriam apresentar a documentação contábil exigida no item 10.1.2. Vale colacionar novamente alínea "b" do precitado item:

B) AS EMPRESAS, CADASTRADAS OU NÃO NO SICAF, DEVERÃO AINDA COMPLEMENTAR A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA POR MEIO DE:

Portanto, a Recorrente não apresentou documentação exigida no edital, assim, não comprovou possuir condição econômico-financeira para executar os serviços licitados. Logo, a sua inabilitação é legítima e legal.

- III.1 -

E também não há margem para pleitear diligência, visto que o objetivo da diligência é aclarar informação acerca de documento tempestivamente juntado. Ou seja, não há falar em diligência acerca de documento inexistente.

A possibilidade da comissão ou autoridade competente promover diligência, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, encontra-se disciplinada no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993.

A promoção de diligência é realizada sempre que a autoridade competente em presidir o certame se esbarra com alguma dúvida, sendo mecanismo necessário para afastar imprecisões e confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório.

Nesse diapasão, se inexistente documento para ser diligenciado ou esclarecido não há falar em diligência.

Portanto, não cabe ao Recorrente pleitear a deflagração de diligência, já que não juntou documento atinente a habilitação econômico-financeira para ser diligenciado/esclarecido.

- III.2 -

Com o devido respeito, além de não cumprir as regras do instrumento convocatório a Recorrente comete equívoco ao afirmar que sua proposta foi a mais vantajosa.

A vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei das Licitações espelha basicamente a busca por contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa — menor gasto de dinheiro público — quanto que assim o seja qualitativamente, melhor gasto.

Tal como cunhado pela doutrina, o princípio da vantajosidade representa a busca, pela Administração Pública, através da análise das propostas apresentadas nos procedimentos licitatórios, da obtenção da melhor relação custo-benefício nas suas contratações.

Não se trata, contudo, de mera busca pelo menor desembolso financeiro por parte da Administração Pública, mas de assegurar que os procedimentos licitatórios garantam que os recursos públicos sejam alocados de maneira mais eficiente possível, ponderando-se as prestações recebidas do particular com os encargos assumidos pelo Estado.

Nesse sentido, cabe aos licitantes, na formatação das suas propostas, não só demonstrar a capacidade formal de execução do contrato, mas a aptidão para atingir os resultados esperados com a contratação.

Assim, ao deixar de carrear documento exigido no instrumento convocatório, a Recorrente se mostrou ineficiente para entregar o resultado esperado pela contratação, não havendo, pois, margem para alegar suposta vantajosidade da sua proposta.

- IV -

Nessa marcha de batida, de se ressaltar que a recorrente não atendeu a regra constante no item 10.1.2, alínea "b",

do edital, em conjunto com o subitem 15.6 do termo de referência, bem como descumpriu a exigência do item 6.1, alíneas "a" a "d", do edital, de modo que o ato que a declarou inabilitada deve permanecer intacto.

Cediço é que as licitações promovidas pela Administração Pública são regidas por princípios. Em primeiro lugar, pelos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Em segundo lugar, pelos princípios que lhe são específicos, entre os quais aqueles concentrados no art. 3º da Lei nº 8.666/93, além dos demais que se espraiam por todo o texto legal.

Na relação constante do art. 3º merece importância especial o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que tem como corolário o caput do art. 41, que dispõe:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Com base nisto, de se concluir que as regras estabelecidas no edital vinculam tanto a administração pública quanto aos licitantes, ao passo que se não atendidas às diretrizes editalícias, conforme ocorreu com a Recorrente outra sorte não resta senão a inabilitação.

Diante dos fatos e do direito apontados, terrível, é requerer a alteração do resultado do certame por alegações sem nenhum fundamento legal deixando de contratar com a Contrarrazoante que possui capacidade técnica e financeira conforme previsto no edital e na legislação vigente, e proposta mais vantajosa ofertada à Administração (visto que atendeu todos os requisitos do edital), por ser essa mais econômica e que tenha atendido a todas as exigências do edital e da legislação em vigor.

Valendo, por fim, registrar que o artigo 43, §3º, da Lei nº. 8.666/1.993 veda a "a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta", de modo que não cabe a Recorrente querer incluir novos documentos no presente certame, e se assim tentar fazer devem ser sumariamente desconsiderados, sob pena de violação ao precitado dispositivo legal.

- V -

E é escorando-se em tudo o quanto se expôs ao norte, a Recorrida pede e espera a manutenção da decisão objugada, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Brasília/DF, 15 de setembro de 2020.

Termos em que pede,  
Espera deferimento.

GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ nº 17.851.596/0001-36

**Fechar**